

OS BRICS NA ÁFRICA: A DIVERSIFICAÇÃO DAS PARCERIAS E A CONTRIBUIÇÃO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL PARA O DESENVOLVIMENTO DO CONTINENTE

Alessandra Scangarelli Brites¹

Edson José Neves Júnior²

Fernanda Barth Barasuol³

Mamadou Alpha Diallo⁴

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo analisar a atuação dos BRIC no continente africano. Uma comparação inicial aponta diferenças entre a projeção de cada um dos países emergentes na África. A China tem uma presença mais assertiva e respaldada pelo governo central. Já os indianos têm no setor privado os maiores interessados na parceria com os países africanos. O Brasil parece ter uma estratégia política baseada na cooperação em projetos sociais e econômicos comuns, como a implementação de centros de saúde, tecnologia de biocombustíveis e educação. Por fim, a Rússia, o mais incipiente neste processo, aproveita-se do legado soviético para retomar as relações com as nações africanas. A presença dos BRICS acaba por possibilitar uma situação diferenciada para os países africanos: uma ampliação de seu poder barganha frente às antigas parcerias europeia e americana e também uma diversificação estratégica importante no que diz respeito às relações comerciais, ao capital investido no continente e a aliança política nos fóruns internacionais.

PALAVRAS-CHAVES

BRICs; África; Cooperação Internacional; Países Emergentes.

ABSTRACT

This article aims to analyze the performance of the BRIC countries in Africa. An initial comparison shows differences between the projection of each of the emerging countries in Africa. China has a more assertive presence and it is supported by central government. The Indians have the largest private sector stakeholders in partnership with African countries. Brazil seems to have a strategic policy based on cooperation on common economic and social projects, such as the implementation of health centers,

1 Mestranda em Estudos Estratégicos Internacionais pela UFRGS, Especialista em Política Internacional e Bacharel em Comunicação Social-Jornalismo, ambos pela PUC-RS. (alebrites@gmail.com)

2 Doutorando em Estudos Estratégicos Internacionais, Mestre em Relações Internacionais e Especialista e Licenciado em História, todos pela UFRGS. (edsonufrgs@yahoo.com)

3 Mestranda em Estudos Estratégicos Internacionais, Bacharel em Relações Internacionais, ambos pela UFRGS. (febarasuol@gmail.com)

4 Doutorando em Estudos Estratégicos Internacionais, Mestre em Ciência Política pela UFRGS, Bacharel em Administração pela PUC-RS. (mmalpha2004@yahoo.fr)

biofuel technology and education. Finally, Russia, the most incipient in this process, take advantage of the Soviet legacy to resume relations with African nations. The presence of BRICS eventually allow a different situation for African countries: an expansion of its bargaining power against the old European and American partners and also an important strategic diversification, both with regard to trade relations, as in the capital to be invested and political partnership on the continent in international forums.

KEYWORDS

BRICs; Africa; International Cooperation; Emerging Countries.

Introdução

A importância estratégica da África no início do século XXI vem gerando uma competição pelo continente entre antigas potências e os países em desenvolvimento, interessados em impulsionar uma maior cooperação Sul-Sul. Neste contexto, é preciso levar em consideração a inclinação dos países africanos em reforçar alianças vantajosas para o desenvolvimento nacional autônomo.

Historicamente, o continente africano sofreu com a presença de impérios coloniais. Os africanos têm uma relação tradicional e permanente com a Europa, desde a época da escravidão, passando pelo período de colonização, para culminar nos tempos contemporâneos da África, que começa com a conquista da independência política na década de 1960 até meados da década de 1970. Se analisarmos os elementos que nortearam essas relações, veremos que cada período tem sua particularidade e, conseqüentemente, sua dimensão e importância estratégica tanto para a Europa quanto para a África.

As mudanças ocorridas na ordem internacional a partir dos anos setenta oportunizaram uma reconfiguração deste quadro de inter-relações. Da parte dos países desenvolvidos europeus novas prioridades surgem, como o Leste europeu, reduzindo a importância estratégica dos antigos parceiros africanos. Por outro lado, os próprios governantes africanos passam a procurar alianças mais vantajosas, desvinculadas de interesses elitistas, e mais voltadas para o desenvolvimento de seus Estados nacionais. Para completar o panorama, as reformas neoliberais dos anos 1980 e 1990 não obtiveram os resultados prometidos pelas agências internacionais que as defendiam. Esse contexto, de reversão de prioridades por parte dos europeus e crise para os africanos, oportunizou a presença de novas parcerias para os segundos, como dos países emergentes, em especial os BRICs – Brasil, Rússia, Índia e China.

Destarte, este artigo pretende analisar o modelo de cooperação estabelecido entre os BRICs e os países da África. Como cada um dos países tem suas próprias diretrizes para a participação no continente africano, e como, por seu turno, as nações africanas também possuem especificidades e preferências em relação aos

novos aliados, a presença de cada um dos BRICs será exposta individualmente. Esse modelo de estruturação do artigo não obsta, mas sim estimula a elaboração de comparações entre os distintos projetos em tela.

A China na África

As relações sino-africanas têm um passado histórico de longa data que remonta, em especial, à época da Guerra Fria. Entretanto, neste período a China manteve suas relações com a África restrita a um nível mais ideológico, marcada pela oposição à presença dos países ocidentais (Europa/EUA) e à União Soviética no continente. De acordo com Visentini (2010), durante os anos 1980, houve um retrocesso da cooperação, pois os chineses acreditavam não precisar de apoio externo para levar adiante seu projeto de crescimento e desenvolvimento econômico. Porém, tais relações tomariam um novo rumo após apoio, ou a não crítica, dos africanos à repressão do governo chinês aos manifestantes da Praça da Paz Celestial, em 1989:

Dessa forma, a China passou a encarar a África de outra forma, visualizando uma possível aliança política que lhe serviria de sustentação, principalmente nas Nações Unidas [...] Assim, percebeu-se que haveria como tirar proveito desse entendimento com os africanos [...] desde que houvesse a garantia de não reconhecimento de Taiwan. (VISENTINI, 2010, pag. 207)

Análise do tipo de presença chinesa na África

Desse ano de 1989 ao período presente, do pós-Guerra Fria, as relações sino-africanas têm sido intensificadas de maneira significativa, por ambas as partes. Chineses e africanos perceberam metas e diretrizes comuns no campo político internacional, como o respeito à soberania (especificamente, não ingerência em assuntos internos), às regras do direito internacional e o fortalecimento das organizações multilaterais e internacionais. No campo econômico, desde 2000, o comércio entre as partes cresceu em torno de 30%.

Críticas a essa tendência não são raras. Durante os primeiros dez anos do século XXI, de forma bem mais enfática, o debate acadêmico e midiático no Ocidente tem persistentemente caracterizado a presença da China na África como uma nova onda de exploração, ou colonialismo. Para muitos especialistas ocidentais, os chineses desejam apenas extrair a maior quantidade possível de petróleo e outros recursos naturais dos africanos. Para tanto, fornecem suporte financeiro e político a regimes ditatoriais como o Sudão, contribuindo para um

aumento nos níveis de corrupção e prejudicando os esforços da comunidade internacional em promover a democracia e os direitos humanos na região.

As empresas chinesas são ainda constantemente acusadas de serem negligentes com a proteção ao meio ambiente e de competirem injustamente no mercado. É caracterizado como desumana suas supostas estratégias para obter baixos custos de produção, com a exploração de extensa mão de obra barata da própria China e de outros países em desenvolvimento. Certamente, questões negativas neste processo de cooperação existem, porém não explicam o quadro geral da presença da China na África. O relacionamento estratégico chinês com o continente diverge em vários aspectos do Europeu e norte-americano, pois está embasado nas linhas gerais da cooperação Sul-Sul. Em outras palavras, ao contrário do que se imagina, as relações sino-africanas possuem um caráter menos impositivo e dependente que a antiga relação Europa/EUA e África. Além do que, está suspenso o dispositivo do uso da força contra qualquer nação africana por parte dos chineses, prática, aliás, muito comum na época do imperialismo europeu dos séculos XIX e XX.

Estudiosos como a americana Deborah Brautigam (2010) afirmam que a presença da China é, na verdade, uma alternativa positiva para os africanos. Segundo a autora, a atuação dos chineses na África está direcionada para os negócios em diversas áreas econômicas estratégicas que não somente a comercialização de *commodities*, a exemplo dos setores de comunicações, indústria farmacêutica, infraestrutura pública, indústria bélica, entre outros. Um exemplo específico é a cooperação entre China e Angola na área da saúde.

De acordo com Diego Pautasso (2009), em 2006, foi construído o Hospital Geral de Luanda com o financiamento de 8 milhões de dólares, seis milhões da China e dois milhões de Angola, bem como o suporte técnico, com o envio de médicos chineses e o treinamento do *staff* angolano. Este autor também destaca a afirmação do Ministro da Educação angolano, António da Silva, de que a cooperação com a China possibilitou a construção, aparelhamento e transferência de conhecimentos em 53 instituições de ensino tecnológico. Segundo Diego Pautasso (2009), entre estes, destacam-se 20 instituições escolares financiadas pelo *Eximbank*, cuja atuação técnico-profissional passa pelos ramos de agricultura geral, gestão agrícola, agro-alimentar, cursos de silvicultura e zootecnia”.

Tal contexto, como é explicitado pela pesquisadora Brautigam (2010), apresenta uma compatibilidade de interesses. Segunda ela, pode-se afirmar que pelo lado chinês as oportunidades criadas em âmbito governamental são parte de uma política estratégica chinesa para salvar suas empresas falidas, enquanto que do lado africano é uma possibilidade de garantir novos investimentos necessários em setores econômicos importantes. O Partido Comunista da República Popular da

China é um dos principais financiadores das empresas chinesas presentes hoje na África. Conforme Brautigam (2010), há um número elevado de empresas estatais no continente que fazem parte do grupo de organizações que se encontravam em estado obsoleto na China, sem poder de renovação e prejuízos lucrativos.

Ao transferir tais companhias e estabelecer parcerias com empresas africanas, o partido aposta em uma recuperação dessas organizações com a experiência adquirida em países onde tudo praticamente está para ser construído. No entanto, não significa que a China esteja apenas despejando no continente africano suas empresas não rentáveis. Para a especialista no assunto, os chineses não levaram a cabo uma política de “construir e desfazer” na África. “Projetos de infraestrutura eram continuamente revisitados por equipes chinesas para garantir que eles estavam funcionando”. (BRAUTIGAM, 2010)⁵

Nos últimos três anos a assistência oficial da China ao desenvolvimento africano é estimada em 1,9 bilhão de dólares anuais. Ainda de acordo com a pesquisadora, a forma chinesa de ajuda é muito diferente de sua contraparte ocidental. “A experiência da China como um ex-beneficiário de ajudas e empréstimos influenciou seu pensamento sobre a melhor forma de utilizar a ajuda para o benefício mútuo entre benfeitor e beneficiário” (BRAUTIGAM, 2010). Os fracassos das políticas chinesas para a África, no passado, fizeram com que suas medidas atualmente fossem bem menos exigentes do que o Ocidente, com foco principalmente na construção de infraestrutura e estímulo da agricultura. Tais declarações da pesquisadora (BRAUTIGAM, 2010) parecem compartilhar a visão de várias autoridades africanas, entre elas, o presidente da Zâmbia Levy Mwanawasa.

Conforme estudo sobre a presença da China na Zâmbia, conduzida por Martin Dahle Huse e Stephen L. Muyakwa (2010), os meios de comunicação do país - quando o presidente fez uma visita à Iniciativa Global Clinton, em setembro de 2007 -, reportaram que Mwanawasa, em seu discurso, instou aos países do ocidente a redimirem-se antes de criticarem a China por fornecer mais ajuda à África. Segundo o presidente, as autoridades ocidentais encontravam-se sempre relutantes em financiar projetos de desenvolvimento no continente. Assim, a China teria aparecido como um parceiro mais confiável. Mwanawasa exemplificou dois projetos como a construção da ferrovia TAZARA e a zona econômica de 900 milhões de dólares que os chineses negociavam na região do Copperbelt, onde aproximadamente 60 mil pessoas seriam empregadas.

As relações da China com os países africanos diferem da Europa, especialmente, por esta ainda não ter conseguido desvencilhar-se do seu

5 Tradução nossa.

passado imperialista na sua forma de lidar, visar e pensar o continente africano. O interesse da China pela África está baseado em manter estreitos e variados laços econômicos do que depender altas divisas em ajudas humanitárias nas economias africanas. Pequim também não exige contrapartidas dos africanos para fornecer créditos e subsídios, nem promove uma agenda de segurança de combate ao terrorismo, que não se vincula aos problemas e interesses da região, como é o caso dos EUA. Somado a isso, é preciso lembrar que a cooperação entre africanos e chineses ainda apresenta espaço para ser mais ampliada e melhor desenvolvida. Apesar do que aparenta, a China em comparação com os países europeus, tem um presença intermediária. Conforme (BRAUTIGAM, 2010), o Banco Mundial teria informado erroneamente o montante da ajuda chinesa, alegando que esta havia fornecido cerca de 44 bilhões de dólares em ajuda desde 1960. Contudo, uma inspeção mais detalhada da fonte revelou que o valor real era de 44 bilhões de renminbi chinês (como é chamada a moeda chinesa no país), ou 6,4 bilhões de dólares.

As consequências da presença chinesa para os países africanos

A presença chinesa na África apresenta outra característica essencial que é frequentemente esquecida: a ampliação do poder de barganha que os próprios países africanos adquirem com a diversificação de parceiros interessados em investir em suas economias. Esta questão não está apenas relacionada à possibilidade dos africanos tornarem-se mais livres da dependência europeia e norte-americana, mas da capacidade de também poderem ser pragmáticos em suas relações com a própria China. Tal situação pode ser exemplificada com a possibilidade de esses países estarem livres para alocar altos investimentos externos em outros setores econômicos estratégicos, que não o energético e agrícola, além de estabelecerem certas exigências para a atuação empresarial chinesa em seus territórios.

Soma-se às questões descritas acima, a alta dos preços do petróleo, a grande dependência chinesa em relação aos recursos energéticos e a crise política no Oriente Médio que proporcionaram benefícios significativos aos africanos. Foram estabelecidos acordos comerciais que colocaram alguns países do continente como principais exportadores de petróleo e gás natural para a China. Segundo o pesquisador João Bosco Monte (2010), atualmente, quatro entre os dez exportadores principais para a China encontram-se no continente africano: Angola (terceiro, atrás da Arábia Saudita e Iran), Sudão (6º), Congo-Brazzaville (8º) e Líbia (10º). Portanto, os países contribuem com quase 30% do petróleo importado pelos chineses. Esta situação certamente acelera o processo de acumulação do capital que por décadas permaneceu estagnado, apesar de séculos de colonização europeia.

Ainda de acordo com Monte (2010), mesmo que a crise financeira de 2008 tenha reduzido significativamente os investimentos externos, o acesso à crédito e redução do comércio mundial, a China, no intuito de garantir um crescimento a 8% ao ano, disponibilizou cerca de 60 bilhões de dólares em seis meses para o setor energético na África, competindo com grandes multinacionais como Shell e a Exxon Móbil. O governo chinês também passou a adquirir empresas ocidentais como a petroleira suíça Addax Petroleum, que tem o controle de poços na Nigéria, Gabão e Camarões.

Segundo Monte (2010), o governo chinês ainda tem objetivo de construir um oleoduto no Quênia, que permitirá extrair o petróleo do Sudão, além de ter adquirido direitos sobre o petróleo e urânio no Níger. Em 2010, Pequim discutiu uma parceria com a britânica Tullow Oil para a exploração da bacia petrolífera descoberta no Lago Alberto, em Uganda e começa a explorações de cobre na Zâmbia. Em Gana, os chineses tentam aprovar um acordo junto às autoridades locais para a exploração de uma grande bacia petrolífera pela estatal chinesa CNOOC. Dessa forma, com reservas que chegam a trilhões de dólares, os chineses compram participações em empresas estrangeiras e atraem muitos investimentos externos diretos a sua economia, inclusive investimentos africanos.

No entanto, também é fato que questões negativas passem a fazer parte dessa histórica relação. Um exemplo é o incentivo e financiamento do país asiático a imigrações de chineses para outras regiões do mundo, na tentativa de escoar parte de sua numerosa população. Tal situação já poder ser observada na África. As dificuldades de convívio entre imigrantes chineses e a sociedade local, no caso da Zâmbia, tem elevado tensões sociais e impulsiona uma insatisfação de parte significativa da população local com os chineses, em especial pela concorrência de postos de trabalhos.

Huse e Muyakwa (2010) citam um workshop organizado pela Friedrich Ebert Stiftung da Alemanha, em 2007, que relata as reclamações feitas por representantes de sindicatos na Zâmbia sobre as dificuldades que esses enfrentavam em negociar aumentos salariais com os empregadores chineses. Assim, para a agência de estudo, embora tenham aumentado os recursos internos para o desenvolvimento, essas relações não forneceram a base para uma situação de ganho mútuo. Em outras palavras, os resultados obtidos no estudo sugerem que o impacto sócioeconômico da China na Zâmbia é misto.

Por um lado, o IDE asiático tem tido efeitos positivos no desenvolvimento nacional, por exemplo, em termos de produção, aumento dos níveis de emprego, transferência de capital e tecnologia, desenvolvimento de infra-estrutura barata e produtos a preços acessíveis. Por outro lado, o mercado de trabalho teve que suportar, em média, mais efeitos negativos, por exemplo, em termos de baixos

salários e más condições de trabalho, acidentes de trabalho e ambientes de trabalho perigosos e informalidade. Além disso, o impacto sobre o nível de vida dos cidadãos até agora foram limitados. A concentração de IDE asiáticos em atividades extrativas significa que os pobres não se beneficiaram diretamente em grande parte destes investimentos. (HUSE E MUYAKWA, 2010, pag.46)⁶

É certo que a presença chinesa na África, assim como todas as relações estabelecidas entre Estados nacionais, é composta de efeitos positivos e negativos. No entanto, quanto à insistente afirmação da Europa Ocidental e dos Estados Unidos de que a presença da China apresenta apenas aspectos prejudiciais à África, deve-se ter em conta os interesses políticos subjacentes à crítica. Além do que, é de extrema importância lembrar que tais elementos negativos também caracterizaram as relações estabelecidas entre África e suas ex-metropóles.

É passível de questionamento a constante acusação de que a China é tolerante com regimes opressores africanos e que suas empresas desconhecem direitos trabalhistas. Pois, provavelmente, a condição de estatais da maioria das companhias chinesas faça com que sejam mais visadas do que as empresas privadas europeias e norte-americanas que há anos mantêm relações com regimes autoritários e cuja transferência para outros países dá-se pela procura de leis trabalhistas menos rígidas.

Ao levar em conta tal contexto, é possível concluir que tal preocupação com a falta de inclinação da China para com o respeito aos direitos humanos, na verdade, não passe de mais uma estratégia discursiva para incitar posicionamentos contrários ao país asiático na África e no mundo, em especial dos que vêm perdendo espaço para os chineses nos mercados africanos. Tal competição resulta ser positiva para os africanos que passam a ser capazes de barganhar com diversas partes e a ser importantes estrategicamente para os atores influentes no cenário internacional.

A Índia na África

Historicamente, é possível dizer, o continente africano não figurava entre as prioridades tradicionais da política externa indiana. Devido ao seu comércio exterior limitado e relativamente fechado, e por sofrer com as barreiras ideológicas do mundo bipolar da Guerra Fria, a Índia não aprofundou relações com os países da África. As únicas tentativas de aproximação ocorreram dentro da iniciativa terceiromundista dos anos sessenta que, contudo, ficaram limitadas a acordos diplomáticos e parcerias em fóruns internacionais dentro do sistema onusiano.

Este cenário sofreu, contudo, significativas alterações com as mudanças observadas na política internacional em dois momentos distintos, e que induziram a reorientação da Índia e de alguns países do continente africano: o

6 Tradução nossa

fim do período da Guerra Fria, que se inicia nos anos noventa e vai até meados do novo milênio, e o contexto marcado pelos atentados do 11 de setembro e pela reorganização do quadro internacional de alianças, notadamente as de tipo Sul-Sul, em organizações como a OMC. Ao longo dessas pouco mais de duas décadas, a ordem internacional evoluiu de uma fase de suposta “paz e prosperidade”, marcada pelo multilateralismo econômico, pela unipolaridade estadunidense, e pelo que Cerro chamou de “fundamentalismo típico do fim do século XX”, isto é, a política neoliberal difundida e implantada por vários governos (CERVO, 2008, p. 80), para uma nova etapa onde as clivagens entre norte e sul se tornam cada vez mais claras, tanto no campo político, quanto no econômico. E também pela constatação de uma tentativa de restabelecimento da segurança como elemento determinante da agenda internacional, em razão do combate a uma série de inimigos, aliás, ainda pouco definidos, mas enquadrados segundo uma definição ainda vaga, embora instrumental, de terrorismo (TILLY, 2004).

Esse conjunto de alterações maiores, combinados com outras estratégias e exigências, de ordem mais prática e pontual, como a necessidade de ampliar mercados, adquirir novas tecnologias, obter investimentos para produção e modernização do parque industrial e construção de infraestrutura, induziu indianos e africanos procurar estreitar laços econômicos e políticos, e a encontrarem nas formas de cooperação sul-sul o meio necessário ao fim. Assim, esta seção tem por meta analisar como vem ocorrendo esta aproximação nos campos econômico e social, no meio político internacional, através do estudo das alianças multi e bilaterais estabelecidas, e também pela observação dos avanços no tema de segurança e defesa.

Comércio, Investimento e Cooperação Social e Tecnológica

Certamente, a mais significativa mudança nas relações entre indianos e africanos no período do novo milênio ocorreu na área mercantil e de investimentos externos. Seguindo uma tendência de reorientação dos fluxos de comércio exterior em direção aos países classificados como *em desenvolvimento* (LEÃO e OLIVEIRA, 2010, p. 47), a Índia priorizou o mercado africano para o estabelecimento de novos negócios e para o investimento público e privado. De acordo com Emma Mawdsley e Gerard McCann (2010, p. 85), as transações comerciais entre Índia e países africanos cresceram cerca de dez vezes em pouco mais de sete anos, passando de 3 bilhões de dólares, em 2000, para mais de 30 bilhões em 2007⁷. Os principais produtos buscados pela Índia no continente são o

⁷ Estimativas apresentadas por estes especialistas sugerem que em 2012 este número pode chegar a 150 bilhões de dólares (MAWDSLEY e MCCANN, 2010, p. 85)

petróleo, ouro, demais minérios e outras commodities. A dependência energética do mercado externo exige aos indianos buscar novas fontes de abastecimento, como os países da África ocidental, em especial a Nigéria, com os quais se tem estabelecido acordos de exploração e fornecimento cada vez maiores (KURA, 2009, PANT, 2008, p. 157-158; MAWDSLEY e MCCANN, 2010, p. 84).

Essa orientação e relativa abertura para o mercado africano só foi possível, contudo, após uma série de reformas internas que flexibilizaram a política econômica indiana, principalmente ao longo da década de 1990, [a tornando] tornando-a mais competitiva, ao mesmo tempo em que garantia aos setores nacionais mais fracos, como o agrícola, certa margem de estabilidade e acesso às informações sobre todas as etapas da liberalização que, todavia, foi controlada pelo governo (GUPTA, 2007, LEÃO e OLIVEIRA, 2010, p. 57).

As referidas transações econômicas, entretanto, não se restringem apenas a simples trocas, mas trazem consigo projetos sociais ligados à assistência técnica, transferência de tecnologia e treinamento e capacitação de pessoal. Ou seja, a presença indiana na África não visa apenas à exploração de economias mais fracas, mas sim a colaboração para o crescimento mútuo, com a diversificação da pauta de exportações africanas, aumento da industrialização, crescimento do mercado interno e maior eficiência das empresas nacionais pela crescente exposição ao mercado internacional (VISENTINI, 2010, p. 21; VIEIRA, SPOHR, 2011, p. 5-6. BROADMAN, 2007, p. 34) . Exemplo dessa tendência pode ser observado na análise das negociações com Estados detentores de produtos estratégicos para os indianos, como o petróleo e o ouro, ou com países membros da SACU (*Southern African Customs Union*), integrados nas negociações do Fórum IBAS, com os quais a balança comercial indiana tem sido deficitária, pelo menos nos últimos cinco anos (MINISTRY OF COMMERCE & INDUSTRY; DANILEVICZ PEREIRA, 2010).

Em se tratando de investimentos e financiamentos, destaca-se o papel do EximBank indiano (*Export-Import Bank of Índia - EIBI*), que já criou programas de empréstimos para empresas africanas ou mistas, os *joint ventures* (aliás, iniciativas estas bastante comuns e, de certa forma, específicas ao tipo de participação de empresas estatais ou privadas indianas na África). Participam também das negociações com a África diversas Associações de Comércio indianas, interessadas tanto em estimular, quanto normatizar, as transações com os novos parceiros (NAIDU, 2007).

Enfim, uma síntese da essência das relações comerciais entabuladas entre Índia e países africanos pode ser encontrada nas palavras da pesquisadora do Instituto para Estudos e Análises de Defesa de Nova Déli, Dr.^a Ruchita Beri: a “Índia tem sempre enfatizado que o seu *modelo de cooperação com a África*

procura o *benefício mútuo* através de um *processo consultivo*” (BERI, 2011, p. 9, *grifos nossos*).

Multilateralismo, Bilateralismo e o Fórum IBAS.

A alternativa multilateralista nas relações entre Índia e os países africanos teve papel fundamental de aproximar as regiões em fóruns internacionais e possibilitar a criação ou aprofundamento de iniciativas bilaterais de que se tem conhecimento. Além de alianças aqui classificadas como “tradicionalistas”, como a participação conjunta no Movimento dos Não-Alinhados, e no G77 (formado em 1964 e hoje composto por mais de 130 países), que atua nos espaços onusianos e reúne as nações mais pobres; africanos e indianos têm compartilhado outros oito grupos reunidos em razão de demandas pontuais nas negociações da Organização Mundial do Comércio. Em geral, os temas de que tratam as coalizões indo-africanas se referem aos interesses de economias em desenvolvimento e subdesenvolvidas, como a proteção de mercados nacionais, fim de subsídios agrícolas nos países ricos e bloqueio aos temas de Cingapura, relacionados a investimentos, compras governamentais e facilitação do comércio internacional (ONUKI e PAULO, 2007, p. 129-136).

A política de atuação coordenada em fóruns internacionais evoluiu, nos anos recentes, para a assinatura de acordos bilaterais entre alguns países africanos e a Índia⁸, bem como[,] a participação indiana no regionalismo do continente africano na condição de observador em organismos como o *Common Market for Eastern and Southern Africa* – COMESA, a *Southern African Development Community* – SADC, e a *Economic Community of West African States* – ECOWAS. Além disso, institucionalizou o Fórum Índia-África, realizado pela primeira vez em 2008 (BERI, 2011, p. 6), e que teve sua segunda edição entre os dias 20 e 25 de maio de 2011, em Adis-Abeba, na Etiópia (THE TIMES OF INDIA, 2011).

Embora fosse necessário destinar muito maior atenção ao Fórum de Diálogo IBAS, aqui apenas o mencionamos dado sua importância para os integrantes e para a inserção indiana na África. O IBAS tem propiciado para Índia e Brasil, em parceria com a África do Sul, estabelecer projetos de ajuda humanitária, de apoio técnico, de coordenação política e de investimento e comércio, que extrapolam a região sul africana. Pode se afirmar que este Fórum é o carro-chefe do processo de aproximação com o continente tendo em vista a relevância da África do Sul na região e o formato político do projeto, calcado no desenvolvimento e auxílio mútuo (ALMEIDA FILHO, 2009; KORNEGAY, DADA, 2007).

8 Há acordos bilaterais com Djibouti, Gana, Ilhas Maurício, Sudão e Zimbábue (VIEIRA, SPOHR, 2011, p. 2.)

Segurança e Defesa

A cooperação na área de segurança e defesa que o governo de Nova Déli propõe aos países africanos se concentra nos interesses estratégicos referentes ao Oceano Índico. O transporte marítimo por esses oceanos é responsável por grande parte do abastecimento energético indiano, o que somado “às crescentes *ameaças marítimas* não tradicionais na região”, como a pirataria e o terrorismo (BERI, 2007, p. 61), torna a região objeto de projetos específicos e prioritários na área securitária⁹. Para os países do Leste africano, por seu turno, a parceria com os indianos propicia o incremento de recursos militares, modernização dos equipamentos e acesso às novas tecnologias de guerra marítima (ROOYEN, 2011, p. 22)

Mais especificamente, a cooperação no Índico já possibilitou a formação de uma organização de cunho político, o *Indian Ocean Rim Association for Regional Co-operation* – IOR-ARC, dentro do qual foi lançado o *Indian Ocean Naval Symposium* – IONS. No âmbito destas instituições, foram realizadas manobras marítimas militares e estão em andamento negociações para a cedência para a Índia, por parte do governo das Ilhas Maurício¹⁰, das ilhas gêmeas Agalega para o desenvolvimento do turismo e instalação de base naval indiana (ROOYEN, 2011, p. 19). Ainda sobre a defesa do Índico, uma consequência do Fórum IBAS foi o projeto IBSAMAR, que consistiu na realização de operações navais conjuntas entre as marinhas de Índia, Brasil e África do Sul, em 2008 (VISENTINI, 2010, p. 24).

Perspectivas indianas na África

Merece especial menção a estratégia multilateral estabelecida entre indianos e africanos. A partir de posicionamentos comuns em fóruns internacionais, ambas as diplomacias têm aproveitado para estreitar laços bilaterais de comércio, investimento e de projetos sociais. Não é coincidência que os parceiros mais recorrentes dos indianos em grupos na OMC - Nigéria, Tanzânia e Zimbábue -, são também aqueles com os quais o governo de Nova Déli celebrou mais acordos de comércio e com os quais mais medidas socioeconômicas foram implementadas.

Enfim, a presença indiana na África tem mostrado resultados muito positivos para ambos os lados. O fato de procurar um tipo de parceria muito mais [baseado]baseada no modelo de ganhos recíprocos do que em dominação colonial, coloca o governo de Nova Déli em posição especial junto aos países africanos e permite arriscar que as parcerias já firmadas possam se tornar duradouras.

9 Reforça esta tendência, a concorrência com a China pelo domínio do Índico.

10 Importante ressaltar que nas Ilhas Maurício há uma grande comunidade de diáspora indiana: cerca de 70% da população tem essa origem.

O Brasil na África

As relações entre o Brasil e o continente africano foram marcadas historicamente por “oportunidades, esquecimentos e relançamentos” (SARAIVA, 2002) além de, durante certos períodos, por grandes discursos acompanhados de poucas iniciativas práticas para o fortalecimento desses laços. Nos últimos governos da ditadura militar, observou-se uma tentativa de aproximação com os países africanos, dentro do quadro do “pragmatismo responsável” de Geisel e das políticas de seus sucessores.

Contudo, a década de 1990 foi marcada por um relativo afastamento - inclusive com a diminuição do número de postos diplomáticos no continente e queda nos valores das trocas comerciais - enquanto a política externa brasileira se voltava principalmente para os países desenvolvidos. A partir do final do governo FHC e, principalmente, durante os dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva - o “mais africano dos presidentes” (AMORIM, 2011) - a África passou a ocupar lugar destacado na política externa brasileira. Esse destaque fica evidente ao notarmos as diversas viagens do presidente ao continente africano, além da criação de 16 novas embaixadas em países africanos durante os oito anos de seu governo.

A política africana de Lula - que parece manter-se no governo de sua sucessora, Dilma Rousseff - se insere no quadro mais amplo da adoção de uma nova postura no âmbito internacional, marcada por uma maior assertividade e por uma renovada ênfase dada à cooperação Sul-Sul. Dessa forma, a crescente presença brasileira na África atende a múltiplos objetivos centrais à busca de uma nova inserção no Sistema Internacional, condizente com o status de “potência média” (SENNES, 2003).

Além de objetivos econômicos, condizentes com o “redesenho da inserção internacional do Brasil” como exportador não só de produtos primários [mais] mas igualmente de manufaturados e de tecnologia, as relações com a África atendem igualmente a um cálculo político, o da busca de parcerias estratégicas. Essas parcerias são vitais para o pleito conjunto de causas como o acesso de produtores agrícolas do Sul aos mercados do Norte (destacando-se nesse caso a liderança brasileira do G-20 no âmbito da OMC) e a reforma do Conselho de Segurança da ONU, para a inclusão de países em desenvolvimento como membros permanentes (SARAIVA, 2002, p. 15-16). Finalmente, a África apresenta igualmente importância estratégica, especialmente no que se refere à manutenção da segurança no Atlântico Sul.

Comparando-se valores das correntes de comércio e investimentos, nota-se que a presença brasileira no continente africano ainda é modesta quando comparada com a chinesa ou indiana. As trocas comerciais brasileiras com a

África somaram cerca de US\$20 bilhões em 2010, menos que os US\$32 bilhões indianos e menos de um quinto dos US\$107 bilhões chineses. Os investimentos diretos chineses somaram, igualmente, valor várias vezes maior que o brasileiro: enquanto a China investiu US\$13.5 bilhões no continente, o Brasil investiu apenas US\$1.12 bilhões. Não obstante, a análise desses valores requer várias considerações. Primeiramente, é necessário considerar-se o tamanho das respectivas economias, o que aponta para uma disponibilidade de recursos menor por parte do Brasil. Além disso, é notável que o Brasil parece ter optado por uma estratégia de inserção diferenciada. Como expõe Lyal White (2010, p. 229):

O Brasil parece ter optado por uma abordagem intermediária entre o estilo chinês de engajamento – que é altamente político e apoiado pelo peso da máquina estatal por detrás dos investimentos e iniciativas de desenvolvimento – e a abordagem indiana – caracterizada mais por investimentos do setor privado¹¹.

A estratégia brasileira pretende, portando, trazer novos elementos à cooperação com a África. Essa estratégia combina, assim, um engajamento político com visão de longo prazo - como demonstrado por ações como o perdão da dívida de alguns países africanos pelo Brasil e a criação da Cúpula África - América do Sul – e cooperação econômica diversificada combinando iniciativas públicas e privadas. Além do incremento das trocas comerciais, que cresceram de forma impressionante na última década (o aumento das exportações brasileiras para África, apenas entre 2002-2006 foi de 315%), houve igualmente o crescimento da presença de empresas brasileiras em solo africano. Dentre essas se destacam a Petrobrás, a Vale e a Odebrecht, sendo que essa última está presente no continente africano há três décadas, e deve à África cerca de 10% de seus lucros (REUTERS, 2011). Ademais, em parte como forma de compensar os valores menores de investimento, as empresas brasileiras tem se comprometido a oferecer mais transferência de tecnologia que suas concorrentes chinesas, bem como a empregar mão de obra local.

Além disso, é necessário destacar a crescente cooperação técnica empreendida entre o governo brasileiro e diversos países africanos. Essa cooperação tem se dado através de diversas agências governamentais, especialmente do SENAI - com a abertura de centros de formação profissional em Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau -, da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) - a qual promove ações nas mais diversas áreas, como educação e saúde - e da EMBRAPA, que desenvolve projetos na área agrícola e tem escritório em Gana (VISENTINI, 2011).

11 Tradução nossa.

É notável que, embora o Brasil tenha buscado diversificar seus parceiros dentro do continente africano, estendendo sua presença por toda a África, ainda se destacam algumas parcerias estratégicas tradicionais. Primeiramente a África do Sul, que desponta como um dos grandes parceiros principalmente a partir do fim do *apartheid*, em 1994, e fortalece essa posição com a criação do Fórum IBAS. Juntamente com Angola e Nigéria formam o bloco dos principais parceiros comerciais do Brasil, responsáveis por metade da corrente de comércio com o continente (RIBEIRO, 2009). Finalmente, destacam-se os países africanos de língua portuguesa (PALOP), que se apresentam como “um dos mais importantes pilares da política do Brasil em relação à África”, e são receptores de cerca de 70% dos investimentos brasileiros feitos por meio da ABC (VISENTINI, 2011, p. 225).

O que se nota, de modo geral, é que nas relações brasileiras com a África no século XXI, embora os laços históricos e culturais mantenham sua importância, os principais motivadores são de caráter pragmático: objetivos econômicos e políticos sólidos. Não obstante, a estratégia brasileira pretende, ao mesmo tempo, mostrar-se como uma alternativa distinta tanto da política agressiva chinesa quanto do assistencialismo das potências tradicionais.

A Rússia na África

Com o objetivo de dar suporte à construção de uma ordem multipolar, os russos implementam uma política externa mais assertiva, e buscam aliados que possam contribuir para tal objetivo. Apesar de a Rússia ter uma presença menor hoje em dia no continente africano, se comparada aos outros BRICs, ela apresenta um legado histórico soviético muito significativo que auxilia na reaproximação com estes países. Em diversas situações, como o apoio ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e ao Congresso Nacional Africano, com a liderança de Nelson Mandela, a União Soviética forneceu suporte político, financeiro e material a tais grupos ou na luta pela independência, ou na luta contra regimes como o *Apartheid*, este último sabidamente apoiado pelas potências do ocidente.

Certamente, a URSS, como a Rússia de hoje, foi muito pragmática nas suas atuações e toda a estratégia voltada para África estava incluída nas possibilidades que tal parceria poderia auferir para os soviéticos combaterem o isolamento econômico e político que o contexto internacional impôs durante a Guerra Fria. Assim, ao contrário do que se pensa, os aspectos ideológicos tiveram pouca influência no estabelecimento da política externa. Da parte dos africanos, a União Soviética era um aliado conveniente quando os EUA e alguns países da Europa ocidental se recusavam a cooperar, ou pressionavam os governos que implementavam políticas contrárias aos interesses ocidentais. Após o colapso da URSS, a África não teve outra opção que recorrer ao auxílio financeiro em especial

dos EUA, o que conseqüentemente vinham com certas regras e exigências, como especificadas no Consenso de Washington (CW).

O governo Iéltsin, que recebeu apoio externo no seu objetivo de chegar ao poder, adotou o pacote do CW que, assim como para as economias africanas, teve resultados catastróficos para a Rússia que passava por um momento de transição de uma economia planificada para a adoção de regras de mercado. Assim, tanto no plano político, quanto no comercial e econômico, os russos deixaram em último plano a parceria com a África. Chegou-se ao ponto de o governo cobrar dos governos africanos a dívida que tinham adquirido com a URSS. Ao praticamente ignorar a África como aliado fundamental, a Rússia implementou um rompimento brusco com o passado recente. Porém, tal condição em poucos anos foi modificada, já que a política externa que buscou estabelecer uma relação estreita com o ocidente falhou, mais pela recusa dos primeiros, do que dos russos naquele momento.

Os russos, de forma geral, no intuito de formar uma cooperação e aliança mais efetiva tentavam não contrariar os EUA nas suas pretensões internacionais. Mas, segundo Joseph Stiglitz (2002), as grandes agências financiadoras internacionais, FMI e Banco Central, submetidas ao comando de especuladores acabaram por influenciar a deflação do rublo que levou a crise russa de 1998. No campo externo, a OTAN avançou para o leste europeu, contribuiu para a implosão da Iugoslávia e financiou os governos anti Rússia nesta região e na Ásia Central. Senadores americanos e parlamentares ingleses apoiavam o movimento separatista islâmico da Chechênia, não considerando terroristas os ataques à população russa na capital e outras cidades principais, algo que seria modificado com o 11 de setembro.

Tal situação levou ao comando das relações exteriores o ex-KGB Ievgeni Primakov, que lançaria uma política externa mais assertiva, em que o país retomaria suas relações com a África e outros parceiros, retomando uma cooperação que iria se intensificar ainda mais no governo do também ex-membro da KGB Vladimir Putin e posteriormente de Dmitri Medvedev. Dessa forma, a iniciativa russa foi buscar uma aproximação maior com a União Africana. Vladimir Putin foi o primeiro governante russo em décadas a visitar o continente. As dívidas africanas foram perdoadas e os programas de intercâmbio educacionais renovados. De acordo com Hakan Fidan & Bülent Aras (2010), a Rússia “almeja possibilitar que seus setores industriais e de serviços possam competir em mercados regionais e global e encontrar mercados e matérias-primas para a produção de seus produtos”. Apesar de rica em recursos naturais, muitas reservas da Rússia estão entrando em declínio, o que pode tornar a África um continente ainda mais importante na política estratégica do país.

Atualmente, a cooperação com a Rússia encontra-se principalmente nas áreas que envolvem a construção de gasodutos e oleodutos, a participação nos projetos envolvendo a construção de hidroelétricas e usinas nucleares,

além da tecnologia em diversos setores do campo militar. Em 2002, o Conselho Empresarial Rússia-África foi fundado, com a participação de 60 empresários dos setores de petróleo, gás, finanças e turismo da África. Em outubro de 2006, o Fórum Empresarial Rússia-África do Sul participou como um dos organizadores da “Expo-Rússia”. Segundo Hakan Fidan e Bülent Aras (2010), em 2007, o investimento russo na África Subsaariana foi de 1.5 bilhões de dólares. O volume de comércio com a Rússia nesses países cresceu 20%, ultrapassando 1.3 bilhões.

Ainda conforme os autores, recursos também foram alocados para assistência no combate a AIDS e Malária, e outras formas de ajuda financeira e humanitária, em especial no Kenya, Sudão, Guiné, Somália, a República Democrática do Congo, Mali e outros países. Em contrapartida, a África supre diversas carências do mercado russo como: borracha, produtos de origem marinha, cacau, café e chá. Grandes empresas privadas e estatais atuam no mercado africano: a Gazprom planeja construir em conjunto com Nigéria e Argélia um oleoduto; a Alrosa extrai diamante da África do Sul, Serra Leoa, Namíbia, Angola, controlando 60% do diamante extraído deste último.

Outro setor importante de cooperação é o intercâmbio de estudantes. Segundo dados apresentados por Hakan Fidan e Bülent Aras (2010), no ano de 2007, 4.500 estudantes africanos foram educados na Rússia, e 50% deles foram financiados com o orçamento federal do país. Nos anos de 2007 e 2008, 800 bolsas de estudos foram reservadas a estudantes africanos no orçamento da Rússia. Finalmente, no conceito de política externa aprovado em 2008, pelo presidente Medvedev, a Rússia irá aumentar a sua interação com a África nos âmbitos multilateral e bilateral através do diálogo e cooperação no G8, contribuindo para resoluções de conflitos e situações de crise no continente.

A Rússia quer desenvolver um diálogo político com a União Africana e organizações sub-regionais para envolver o país nos projetos econômicos implementados no continente. Essas e outras medidas prometem impulsionar e estreitar uma relação que durante as últimas décadas foi bastante deteriorada. Com a possível participação da África do Sul nos BRICs tais iniciativas podem ser ainda mais promissoras.

Entretanto, dificuldades significativas podem interferir nas relações russo-africanas como: a presença maior de outros países emergentes no continente, que concorrem com os russos em áreas importantes como energia e armamento bélico; uma política mais incisiva no campo militar dos Estados Unidos e seus aliados mais próximos como França e Inglaterra, o que vem de encontro a diversos interesses da Rússia e, principalmente, o foco que o país hoje deve ter em garantir uma maior presença e cooperação com as regiões vizinhas. Contudo, a África certamente voltou a ter importância, ainda que modesta, para

a política externa russa e o futuro indica que, de forma progressiva, tais relações serão ainda mais aprimoradas.

Considerações Finais

Uma ligeira comparação entre os dois tipos de presença de países ricos e em desenvolvimento na África atesta uma significativa diferença. As relações Europa/EUA-África ainda apresenta uma agenda política muito impositiva e vertical, pautada por medidas de segurança unilaterais envolvendo temas como: terrorismo, questão energética, epidemias, desastres naturais, entre outros, e de ingerência nos assuntos internos dos países. Já as parcerias estabelecidas com os países emergentes são marcadas por maior respeito aos princípios de soberania, à autodeterminação dos povos, ao fortalecimento das instituições públicas, retribuição, e responsabilidade quanto ao desenvolvimento das capacidades produtivas dos países africanos.

Observa-se também que o novo tipo de inserção dos países BRICs ocorre de maneira diferenciada. A China tem uma presença mais intensa no continente, tanto em termos econômicos quanto políticos. Além disso, em muito contribui o fato de o governo de Pequim ter uma política específica para seus novos parceiros. Já a Índia apresenta a característica de ter no setor privado os maiores interessados nos negócios com a África. O Brasil, por sua vez combina elementos da inserção chinesa e indiana, embora tenha uma presença menos significativa que os anteriores. A Rússia encontra-se em fase de retomar as relações com a África baseando-se no histórico de cooperação herdada da União Soviética, e apostando em setores estratégicos como segurança, energia, comércio e educação.

Apesar de tudo, a presença dos BRICs não elimina a importância dos parceiros tradicionais do continente africano, a Europa continua a principal parceira nos campos econômico, político e sociocultural. Contudo, as relações estabelecidas com os BRICs têm sido aprimoradas e atingiram níveis maiores com a entrada da África do Sul no ano passado para o grupo. A aproximação com o mundo emergente possibilita uma nova via de cooperação e diversificação político-econômica para os países africanos. Em outras palavras, de forma indireta, lhes é oportunizado um poder mais amplo de barganha, especialmente frente aos países desenvolvidos.

No entanto, nem tudo é positivo, é bom lembrar que alguns países do BRICs são competidores diretos de muitos países africanos em algumas áreas, como o Brasil no comércio de produtos agrícolas e biocombustíveis, e a Rússia na exportação de petróleo e gás natural. Há também outras questões a serem melhor analisadas e que serviriam como tema para outra reflexão, por exemplo: a relação dos BRICs com cada país africano e com as instituições regionais de integração do continente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA FILHO, João Genésio de. **O Fórum de Diálogo Índia, Brasil, África do Sul (IBAS) - Análises e perspectivas.** Brasília: FUNAG, 2009.

AMORIM, Celso. **A África tem sede de Brasil.** Carta Capital. Edição 648, maio 2010.

BERI, Rushita. **Evolving India–Africa Relations: Continuity and Change.** African perspectives. Global insights. South African Institute of International Affairs. Occasional Paper n.º 76, Fevereiro/2011.

_____. **A Índia e as ameaças tradicionais e não tradicionais em uma ordem global em transição.** In: KORNEGAY, Francis e DADA, Jabulani. *A África do Sul e o IBAS: desafios da segurança humana.* Porto Alegre: Editora da UFRGS/FUNAG/MRE, 2007. p. 53-63.

BRAUTIGAM, Deborah. **The Dragon’s Gift: The Real Story of China in Africa.** Disponível em: http://wics-usa.org/journal/Papers/Summer_2010/06_dragon_gift.pdf Acesso em: 14/04/2012.

BROADMAN, Harry G. **Africa’s silk road: China and India’s new economic frontier.** Washington: The World Bank, 2007.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros.** São Paulo: Saraiva, 2008.

DANILEVICZ PEREIRA, Analúcia. **As Relações SACU-Índia e a Nova Lógica de Cooperação Sul-Sul.** Conjuntura Austral. v. 1, n.º 1, p. 1-13, 2010.

DE SARDAN, Jean Pierre Olivier. **Raízes do caos da saúde pública na África.** Revista Dossiê Le Monde Diplomatique Brasil. Ano 1. Maio/Junho de 2011.

FIDAN, Hakan e ARAS, Bülent. **The return of Russia-Africa relations.** Bilige. n.º, p. 47-68, Inverno/2010.

GOVERNO DA RÚSSIA. **Conceito de Política Externa da Federação Russa.** 2008. Disponível em: <www.idsa.in/eurasia/resources>, acesso em 22/04/2012.

GUPTA, Surupa. **Novas Instituições, novos interesses:** explicando a política doméstica da estratégia negociadora indiana na OMC. In: OLIVEIRA, Amâncio Jorge de (org.) *Coalizões sul-sul e as negociações multilaterais: os países intermediários e a coalizão IBSA*. São Paulo: Mídia Alternativa Comunicação e Editora, 2007.

HUSE, Martine Dahle & MUYAKWA, Stephen L. **China in Africa:** lending, policy space and governance. Disponível em: <http://www.eurodad.org/uploadedFiles/Whats_New/Reports/China_in_Africa.pdf> Acesso em: 14/04/2012

ITAMARATY - **BALANÇO DE POLÍTICA EXTERNA.** 2003-2010. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010>>, Acesso em 10/04/2012.

KEYLOR, Willian. **El Mundo Del Siglo XX:** La Guerra Fria entre la super-potencias. Buenos Aires, 1998.

KORNEGAY, Francis e DADA, Jabulani. **A África do Sul e o IBAS:** desafios da segurança humana. Porto Alegre: Editora da UFRGS/FUNAG/MRE, 2007.

KURA, Sulaiman Balarabe. **Nigéria-India Economic, Political and Sócio-Cultural Relations:** critical reflections for contínuos mutual co-operation. *International Journal of Asia-Pacific Studies*. Vol. 5, nº. 1, p. 1 – 31, 2009

LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira; OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. **Comércio Exterior e Política Comercial Indiana em Análise.** In: ACIOLY, Luciana; LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira (org.) *Comércio internacional: aspectos teóricos e as experiências indiana e chinesa*. Brasília: IPEA, 2010.

MINISTRY OF COMMERCE & INDUSTRY. **Department of Commerce - India. Export Import Data Bank.** Disponível em: <<http://commerce.nic.in/eidb/default.asp>>. Acesso em 19/04/2012.

MINISTRY OF COMMERCE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. Disponível em: <<http://english.mofcom.gov.cn/>> Acesso em: 29/04/2012.

MONTE, João Bosco. **China e África:** a política de Pequim para o continente africano. *Mundorama*. Mar./2010. Disponível em: <<http://mundorama.net/2010/03/03/china-e-africa-a-politica-de-pequim-para-o-continente-africano-por-joao-bosco-monte/>> Acesso em: 14/04/2012

NAIDU, Sanusha, **India's African relations: Playing catch-up with the Dragon.** UCLA, African Studies Center. Disponível em: <www.international.ucla.edu/media/files/84.pdf>, Acesso em 20/04/2012.

ONUKEI, Janina e PAULO, Cinthia Konishi. **Coalizões Sul-Sul: mapeamento, tipologias e estratégias.** In: OLIVEIRA, Amâncio Jorge de (org.) **Coalizões sul-sul e as negociações multilaterais: os países intermediários e a coalizão IBSA.** São Paulo: Mídia Alternativa Comunicação e Editora, 2007.

PANT, Harsh V. **Contemporary debates in Indian foreign and security policy: India negotiates its rise in the international system.** Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2008.

PAUTASSO, Diego. **As relações econômicas internacionais entre China e Angola.** Mundorama. Abr./2009. Disponível em: <<http://mundorama.net/2009/04/08/as-relacoes-economicas-internacionais-entre-china-e-angola-por-diego-pautasso/>> Acesso em: 14/04/2012

RAMANZINI JR, Haroldo. **Uma Análise da Política Externa do Governo Lula da Silva.** Revista Debates. Vol. 4, n.º 2, julho/dezembro de 2010.

REUTERS. Special Report: **In Africa, can Brazil be the Anti-China?.** Disponível em <<http://www.reuters.com/article/2011/02/23/us-brazil-africa-idUSTRE71M1I420110223>>, Acesso em 28/04/2012.

RIBEIRO, Cláudia Oliveira. **A Política Africana do Governo Lula.** Tempo Social. Vol 21, nº2, 2009, p. 185-209.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **Política Exterior do Governo Lula: o desafio africano.** Rev. Bras. Polít. Int. Vol 45 , nº 2, 2002, p. 5-25.

_____. **A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória?** Rev. Bras. Polít. Int. Vol 51, nº 1, 2008.

_____. **The New Africa and Brazil in the Lula Era.** Rev. Bras. Polít. Int. Vol 53, 2010, p. 169-182.

STIGLITZ, Joseph. **Globalization and its discontents.** Londres: Penguin Books, 2002.

THE TIMES OF INDIA. **A Strong Beginning**. 26 de Maio de 2011. Disponível em: <http://articles.timesofindia.indiatimes.com/2011-05-26/edit-page/29582262_1_india-africa-private-sector-african-counterparts>, acesso em 28/04/2012.

TILLY, Charles. **Terror, Terrorism, Terrorists**. Sociological Theory. Vol. 22, n.º 1, pp. 5-13, Mar/2004.

USAID. **Sub-Saharan Africa**: Over view of US foreign assistance to Africa, 2010. Disponível em: <http://fpc.state.gov/documents/organization/150757.pdf>. Acesso em 27/04/2012.

VIEIRA, Máira Baé Baladão e SPOHR, Alexandre. **No Rastro do Elefante: A Inserção Indiana na África**. Conjuntura Austral. v. 1, n.º 5, p. 1-11, 2011.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As relações internacionais da Ásia e da África**. Petrópolis. RJ: Vozes, 2007.

_____. **A África Moderna**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2010

_____. **A África na Política Internacional** – O sistema Interafricano e sua Inserção Mundial. Curitiba: Juruá, 2010.

_____. **A China e a Índia na África**: imperialismo asiático ou cooperação Sul-Sul? Ciências & Letras, n.º 48, p. 13-28, jul./dez. 2010.

WHITE, Lyal. **Understading Brazil's New Drive for Africa**. South African Journal of International Affairs. Vol. 17, nº 2, 2010, p. 221-242.

Recebido em Outubro de 2012
Aprovado em Novembro de 2012